



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL- UFFS**  
**CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL**  
**CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E**  
**HUMANAS – LICENCIATURA**

**ANA LICE GONÇALVES**

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AUTONOMIA DAS MULHERES: UM ESTUDO**  
**DE CASO DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

**ANA LICE GONÇALVES**

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AUTONOMIA DAS MULHERES: UM ESTUDO  
DE CASO DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Orientadora: Prof. Dra. Liria Ângela Andrioli

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Gonçalves, Ana Lize  
EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AUTONOMIA DAS MULHERES: UM  
ESTUDO DE CASO DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA / Ana  
Lize Gonçalves. -- 2022.  
38 f.:il.

Orientadora: Dra. Liria Ângela Andrioli

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:  
Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR,  
2022.

1. Autonomia. Educação superior. Mulheres. Terra  
Indígena.. I. Andrioli, Liria Ângela, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS –  
LICENCIATURA

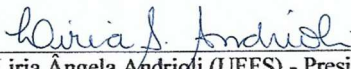
**ANA LICE GONÇALVES**

EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AUTONOMIA DAS MULHERES: UM ESTUDO DE CASO DA  
TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para a obtenção do  
grau de Licenciada em Interdisciplinar em  
Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas  
– Licenciatura da Universidade Federal da  
Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 07 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli (UFFS) - Presidente /Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Fernanda Marcon (UFFS) – Avaliadora

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Arlete Maria Pinheiro Schubert (UFES) – Avaliadora

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por me permitir chegar até aqui!

À minha família: minha mãe Maria Angélica Gonçalves e ao meu pai Darci Gonçalves, que me incentivaram a concluir o curso, sempre me dando forças e me apoiando nessa trajetória que não foi fácil. Agradeço a eles também por constantemente terem me apoiado em todas as minhas decisões e por acreditarem que eu seria capaz de realizar todos os meus sonhos! Ao meu irmão, meu melhor amigo Itacir Gonçalves (*in memoriam*) pelo incentivo que infinitamente me deu e por acreditar que conseguiria chegar até aqui.

Ao meu companheiro Joemir Klassmann, por todo o seu apoio, pela paciência que teve comigo nesses anos, me incentivando cada dia mais, por segurar a minha mão quando pensava em desistir, e pelo seu amor.

À minha orientadora, professora Dra. Liria Ângela Andrioli, pela paciência e dedicação que teve comigo nesses anos que passamos juntas, me encorajando mais e mais para que eu buscasse sempre o melhor. Agradeço imensamente por tudo o que fez e que tem feito por mim!

Às professoras Dra. Fernanda Marcon e Dra. Arlete Maria Pinheiro Schubert, por suas leituras atentas a este trabalho.

Agradeço a cada pessoa que de algum modo fez parte dessa trajetória, e que acreditou em mim, em minha capacidade e que me fez chegar até aqui!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a influência da educação superior na autonomia das mulheres Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha, Aldeia Passo Liso, município de Chopinzinho/PR. A intenção foi verificar se a formação em curso superior ajuda a transpor limitações e estereótipos e a alcançar a autonomia, para que as mulheres passam a ocupar funções e ter maior participação nas decisões nas aldeias. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com a realização de 7 (sete) entrevistas semiestruturadas. Também se configurou como um estudo de caso. Nesse sentido, no primeiro capítulo contextualizaremos a Aldeia Passo Liso e a Terra Indígena de Mangueirinha. Em seguida, aprofundar-se-á os conceitos de autonomia, mulher indígena, educação superior e cultura. Por fim, o terceiro capítulo traz a pesquisa empírica e as reflexões acerca da construção da autonomia a partir da formação na universidade das mulheres da Terra Indígena supra citada.

Palavras-chave: Autonomia. Educação superior. Mulheres. Terra Indígena.

## **ABSTRACT**

This work aims to understand the influence of higher education on the autonomy of Kaingang women from the Indigenous Land of Mangueirinha, Passo Liso village, municipality of Chopinzinho/PR. The intention was to verify whether higher education helps to overcome limitations and stereotypes and to achieve autonomy, so that women can occupy positions and have greater participation in village decisions. The methodology used was qualitative in nature, with seven (7) semi-structured interviews. It was also a case study. In this sense, the first chapter will contextualize the Passo Liso village and the Indigenous Land of Mangueirinha. Next, we will delve into the concepts of autonomy, indigenous women, higher education, and culture. Finally, the third chapter presents the empirical research and the reflections about the construction of autonomy based on the university education of the women of the aforementioned Indigenous Land.

**Keywords:** Autonomy. Higher education. Women. Indigenous Land.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**Funai** – Fundação Nacional do Índio

**TI** – Terra Indígena



## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Localização da Terra Indígena de Mangueirinha

**Figura 2:** Floresta de araucárias na TI de Mangueirinha

**Figura 3:** Indígenas matriculados em universidades brasileiras

**Figura 4:** Dados de ingresso de mulheres e homens indígenas no ensino superior

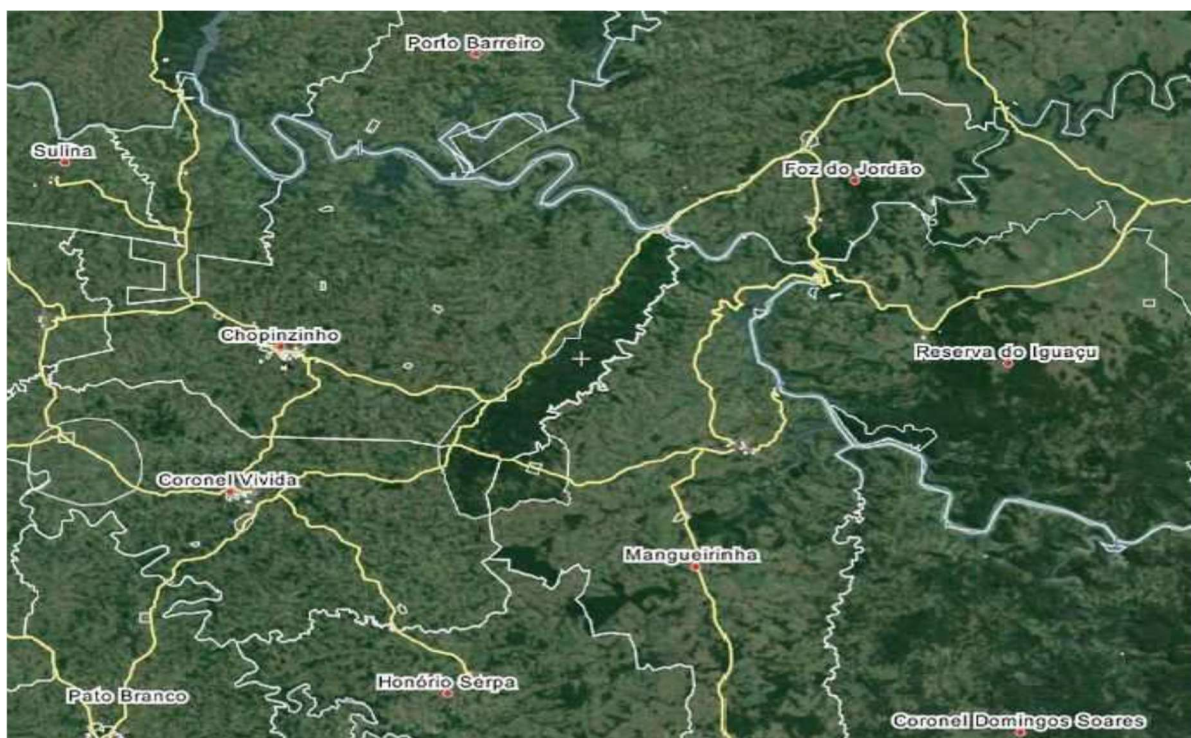
## Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 HISTÓRICO DA ALDEIA PASSO LISO E DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA.....	13
2.1 ALDEIA PASSO LISO.....	17
3 OS CONCEITOS DE AUTONOMIA, MULHER INDÍGENA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA.....	20
3.1 AUTONOMIA.....	20
3.2 MULHERES INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	21
3.3 CULTURA.....	27
4 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AUTONOMIA DAS MULHERES DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA .....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
REFERÊNCIAS .....	35
APÊNDICE 1 .....	38

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender qual a influência da educação superior na autonomia das mulheres Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha (TI), Aldeia Passo Liso, localizada no município de Chopinzinho, Estado do Paraná, conforme visualizado no mapa a seguir:

**Figura 1:** Localização da Terra Indígena de Mangueirinha



Fonte: Almeida (2013).

A opção de estudar a problemática em questão, tem a ver com a trajetória pessoal dessa pesquisadora que é indígena e reside na referida Terra Indígena. Assim, ao vivenciar e conviver na comunidade é perceptível que há uma certa discriminação em relação à atuação das mulheres em espaços de convívio comum. Isso é reflexo do sistema patriarcal<sup>1</sup> que associa a mulher com o privado, com a casa e os afazeres domésticos e os homens com o público, com participação nas decisões. Apesar de

<sup>1</sup> Na sociedade patriarcal "as mulheres estão oprimidas de um lugar na sociedade, de um espaço, de um território, ou seja, de possibilidades escassas e limitadas para elas". (LAGARDE, 2011, p. 186, tradução nossa).

todo esse preconceito que acontece com as mulheres da aldeia, entretanto, é possível observar que com o passar dos anos isto está se modificando. Vislumbra-se, assim, que as mulheres que saem da aldeia para buscar novos conhecimentos a partir do ingresso no ensino superior, passam a ser vistas de forma diferenciada pelas lideranças e pelo cacique, ou seja, há a percepção de valorização das mesmas e inclusão nos espaços de decisão da comunidade.

Nessa perspectiva, a intenção foi verificar se a formação em curso superior ajuda a transpor limitações e estereótipos e a alcançar a autonomia, para que as mulheres possam a ocupar funções e ter maior participação nas decisões nas aldeias.

Cabe salientar ainda que existem poucas pesquisas<sup>2</sup> evidenciando a relação das mulheres indígenas com a educação superior e a perspectiva da autonomia. Nesse sentido, o ineditismo acadêmico pela relação da teoria com a prática, pretende trazer à tona a realidade de uma Terra Indígena, na perspectiva feminina.

Trabalha-se com a hipótese de que há influência da educação superior na vida e no cotidiano das mulheres da Terra Indígena de Mangueirinha, possibilitando autonomia às mesmas.

A pesquisa<sup>3</sup> é de natureza qualitativa, com a realização de 7 (sete) entrevistas semiestruturadas. As entrevistadas foram três mulheres mais velhas que ajudaram a contar um pouco da história da aldeia e quatro mulheres que embasaram o terceiro capítulo, sendo uma professora de história, uma de ciências, uma da matemática e uma cirurgiã dentista. Observando os princípios éticos da pesquisa, as entrevistas foram gravadas, transcritas e arquivadas. Somente foram utilizadas para esta pesquisa. Os nomes utilizados das entrevistadas são fictícios, preservando a prerrogativa do anonimato.

Nesse viés e tendo por base a pesquisa qualitativa, a compreendemos como “uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento” (OLIVEIRA, 2005, p.

---

<sup>2</sup> “As bibliografias que abordam o assunto de gênero ou fazem referência ao tema, trazem o papel do homem Kaingang enquanto a figura pública, que realiza as atividades importantes e toma as decisões, também é a eles conferidos os papéis de lideranças e autoridades nas terras indígenas”. (SCHILD, 2016, p. 68).

<sup>3</sup> Segundo Minayo (1999, p. 23), a pesquisa “é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

66).

Vale salientar ainda, que a pretensão deste estudo foi estabelecer uma relação de proximidade com as entrevistadas, para não caracterizar somente uma coleta de dados que exprime resultados. Por isso, concordamos com Minayo (1999, p. 114, grifos da autora) ao inferir que “a *entrevista* não é simplesmente um trabalho e coleta de dados, mas sempre uma *situação de interação* na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”.

A pesquisa também configurou-se como um estudo de caso, que de acordo com Freitas e Prodanov (2003, p. 60) “consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”.

O estudo desse caso específico, que são algumas mulheres da Aldeia Passo Liso, teve como intenção ampliar o debate acerca das relações de gênero, na perspectiva da autonomia, apoiados centralmente nos autores Paulo Freire e Marcela Lagarde. Ser mulher indígena significa ter força, uma vontade enorme de buscar seus objetivos, ser vista pelos meus conhecimentos e ser valorizada pelos seus conhecimentos. Pensar em autonomia, nesse viés, é viver um processo, valorizar um caminho vivido até alcançar nossos sonhos, se libertar das amarras que nos prendem para assim, buscar alcançar nossos objetivos e sonhos.

Desse modo, no primeiro capítulo contextualizaremos historicamente a Aldeia Passo Liso e a Terra Indígena de Mangueirinha.

Na sequência, aprofundar-se-á teoricamente os conceitos de autonomia, mulher indígena, educação superior e autonomia.

O terceiro e último capítulo traz a pesquisa empírica, relacionando-a com a teoria na intenção de compreender a influência da educação superior na autonomia das mulheres da Aldeia Passo Liso, na Terra Indígena de Mangueirinha.

## 2 HISTÓRICO DA ALDEIA PASSO LISO E DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA

A Terra Indígena (TI) de Mangueirinha está situada na Região Sudoeste do Estado do Paraná, especificamente entre três municípios: Coronel Vivida, Chopinzinho e Mangueirinha. A parte central da aldeia localiza-se às margens da Rodovia Federal (BR 373), sendo que nesta parte estão localizadas as aldeias Mato Branco, Palmeirinha e Passo Liso, que pertencem ao município de Chopinzinho/PR, habitadas pelas etnias Kaingang e Guarani.

A TI Mangueirinha tem atualmente 16.376 mil hectares de terra, sendo que 8.804 ainda estão *sub judice*. Ali vivem aproximadamente 1341 indígenas das etnias Guarani e Kaingang, com predominância Kaingang. Há de se considerar, contudo, os constantes movimentos migratórios para outras aldeias, modificando eventualmente esse número acima mencionado. (ALMEIDA, 2013).

Também, vale salientar que a TI Mangueirinha é considerada a maior área de Araucária nativa do mundo. Por isso, são poucas as terras utilizadas no plantio.

**Figura 2** - Floresta de araucárias na TI de Mangueirinha



Fonte: Wikimapia (2011).

Para podermos compreender melhor a historicidade da TI Mangueirinha, faremos uma breve retomada histórica desde a chegada dos primeiros povos indígenas à referida região. Sendo assim, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Chopinzinho (2022, s./p.), é possível ilustrar um pouco dessa História:

O atual município de Chopinzinho foi uma colônia militar, a Colônia Militar do Chopim, criada por ordem do imperador D. Pedro II, em 16 de novembro de 1859 pelo decreto n.º 2.502, com o objetivo principal de defender a região sudoeste do Paraná da Argentina, que reivindicava essas terras. Esta foi fundada pelo Coronel Francisco Clemente de Santiago Dantas em 27 de dezembro de 1882, segundo Ata de Fundação. Os trabalhos, no entanto, iniciaram em novembro de 1881, com a chegada dos militares e colonos, que imediatamente iniciaram os trabalhos de abertura da mata, construção das casas e exploração dos arredores como o Rio Dório, assim como a abertura de estradas como a que havia para o Distrito de Mangueirinha.

Esses dados, contudo, retratam um pensamento colonial e, ao entrevistar algumas pessoas de mais idade na Aldeia Passo Liso, verificamos que foi por intermédio de muitas lutas dos povos indígenas a conquista e a preservação de costumes e identidades indígenas. De acordo com a Entrevistada 1 (2021):

*Na sede da TI Mangueirinha já existiam aproximadamente umas 40 famílias de índios Kaingang que residiam ali, com seus costumes e suas crenças e como de costume as aldeias sempre tem um cacique e uma liderança, que são responsáveis pelo bem estar dos que ali vivem. Sou nascida e criada nesta aldeia, minha mãe hoje está com 108 anos e é natural dessa TI, nascida em 09 setembro de 1913, ela sempre contou essa mesma história sobre como foi conquistada essas terras, apesar de que ainda, ficou muito tempo na justiça até ser homologada.*

É perceptível, desse modo, que houve disputas políticas e judiciais em torno do território, conforme ilustrado a seguir:

Apesar do acordo de 1903, a TI Mangueirinha novamente entrou em disputas jurídicas, pois, em 12 de maio de 1949, o governador Moysés Lupion e a União reduziram a área em 7.400 ha, intitulada Gleba “B”, conhecida como a Gleba do Conflito. Assim, a área ficou repartida em três porções de terras denominadas Glebas A, B e C; a Gleba “B” foi desmembrada e entregue à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) intermediadora da venda de parte das terras sob o pretexto de áreas devolutas. Assim, a empresa compradora foi o grupo econômico Forte/Khury (integrado por empresários do ramo madeireiro) que repassou aos grupos econômicos-políticos (ALMEIDA, 2013, p. 136).

A TI Mangueirinha é dividida em aldeias que são: a Sede da TI que fica no município de Mangueirinha, Água Santa e o Paiol Queimado que pertencem ao mesmo município. Já o Passo Liso, Linha Luiz e Palmeirinha do Iguazu pertencem ao

município de Chopinzinho. Cada uma dessas aldeias têm um representante, entretanto, há somente um cacique geral para toda a TI.

Os Kaingang fazem parte da família *Jê*, do tronco linguístico *Macro-Jê*, assim como outras etnias indígenas, cada uma com seus troncos linguísticos. Quanto às suas crenças e a cultura, os Kaingang, assim como todos os povos indígenas, levam muito a sério esta riqueza de valores e tradições herdadas dos seus ancestrais. Se observarmos, por exemplo, nos primórdios da civilização, o/a indígena não sabia ler e escrever e, mesmo assim, havia uma relação com o saber popular, pois muitas vezes atuavam como médicos e professores dos demais indígenas em suas aldeias. As populações indígenas passaram por muitas transformações em seu modo de vida e relações sociais a partir do contato com não-indígenas, com os quais estabeleceram relações de poder profundamente assimétricas. A dualidade Kamê e Kaïru, por exemplo, demonstra que se trata de uma sociedade internamente diferenciada e que lidava de forma particular com a diferença e com as relações de poder e parentesco. Nessa perspectiva, Almeida (2013, p. 96) cita a simbologia Kaingang *Kamê e Kaïru*:

Segundo a tradição geométrica Kaingang, o sol é Kamê e a lua é Kaïru, o pinheiro é Kamê e o cedro é Kaïru, o lagarto é Kamê e o macaco é Kaïru, e assim mantêm a lógica estrutural e simbólica do grupo. Por um lado, a relação com o sol significa persistência, permanência, dureza, com os lugares baixo e objetos longos e com o mundo dos mortos. Por outro lado, a referência à lua tem a ver com o orvalho, a umidade, a mudança, a agilidade, lugares altos e objetos baixos e redondos e com o mundo dos vivos.

Para as indígenas tudo tem seu significado, somos observadores da natureza e de tudo o que nela vive. As pessoas mais velhas da tribo são conselheiros, os que repassam informações aos mais novos, sobre o que deve ser feito e o que não se pode fazer. A juventude carrega, assim, um grande legado que infelizmente, aos poucos, acaba se modificando em decorrência de adaptações impostas pelo sistema de ordem social vigente.

Os indígenas de Mangueirinha têm muitas histórias a serem contadas, não somente de lutas e resistência, mas no que concerne à importância da vida num modo geral. Há momentos de lazer, as crianças têm suas brincadeiras e as mulheres são consideradas guerreiras, já que vão além do privado para, aos poucos, se inserir na esfera pública, principalmente em se tratando do quesito trabalho e a inserção na Universidade.



Mesmo com o decorrer dos tempos e a influência do colonialismo, ainda são preservados alguns costumes dentro da aldeia. Alguns quase inexistem, como por exemplo, a preservação da língua materna que é a Kaingang. Percebe-se que as novas gerações já não possuem mais interesse de aprender a fazer o artesanato e de aprender a língua Kaingang. As crianças já não brincam mais das mesmas brincadeiras de antigamente, onde não precisavam de coisas caras pra serem felizes. Isso, sem dúvida, é reflexo do mundo globalizado em que vivemos. A sociedade está perversa e pautada por um pensamento único que incentiva os seres humanos para a competitividade e do não reconhecimento das diferenças. A globalização, regula, assim os aspectos sociais, econômicos e culturais. (SANTOS, 2010).

Essa sociedade globalizada e colonialista usa artifícios para ir contra algo essencial na vida dos/as indígenas: a vida em coletivo. A Entrevistada 2 (2021) nos ajuda a rememorar a vida na TI quando ainda prevalecia o espírito e a prática da cooperação:

*Os Indígenas da TI Mangueirinha, sobreviviam praticamente da caça, da pesca e de seus alimentos culturais, e dos frutos silvestres como por exemplo: a jaboticaba, a guabiroba, pitanga, cereja, pinhão entre outras. Seus plantios eram apenas para a sua sobrevivência e eram feitos coletivamente, tanto o preparo da terra até a colheita. Nada era individual, sempre no coletivo, até mesmo as coletas de frutos, as caçadas. [...] Quando os homens saíam para as caçadas as mulheres buscavam a lenha e preparavam os alimentos para a chegada dos homens.*

Ademais, a relação com a terra e as florestas é uma marca da TI. O saber popular vigorava. Havia ainda a preocupação com o meio ambiente.

*Os indígenas mais velhos conheciam bem cada espaços dessa terra, a mata o tipo de vegetação, o tipo de solo pois sempre tiveram suas roças rotativas, porque assim a terra teria um descanso e não haveria a necessidade de mais desmatamento (ENTREVISTADA 3, 2021).*

Nesse contexto, a terra é vista para além de um recurso natural, já que se apresenta como um bem sociocultural. Há uma significação em torno da terra e da vida que se exprime na perspectiva do cuidado, cuidado com a vida e com o outro. Nesse viés, há uma harmonia entre a cultura e a natureza, preservando-se as matas nativas e as fontes de água, evidenciando a preocupação com a sustentabilidade do planeta.

Apesar das modificações societárias e culturais, há resistência dos/das Kaingang de Mangueirinha em manter vivos os seus hábitos, costumes e tradições. Uma das figuras conhecidas por manter viva a cultura indígena é Ângelo Cretã. De acordo com Alves (2019, p. 12, grifos da autora): a “luta do cacique Ângelo Cretã não representou apenas a retomada do território indígena, mas também a revitalização da cultura do povo Kaingang, através da garantia dos direitos de seu povo, ‘dos seus irmãos’”.

Ângelo Cretã, pouco antes da sua morte, convocou indígenas de Nonoai – RS e de Chapecó –SC, para unirem-se a eles e ocuparem as terras que estavam sob a posse da madeireira, mas, logo após essas conversas com outros caciques e líderes, aconteceu o acidente que causou a morte de Ângelo Cretã, entretanto, acredita-se que foi uma emboscada. Foi sem dúvida um abalo muito grande para os indígenas de Mangueirinha. Ângelo Cretã era um grande líder.

Com esse breve relato histórico, é visível que ainda há muitas disputas em torno do território que possivelmente só serão vencidas com a luta dos indígenas em sua coletividade. Atualmente, um dos grandes desafios é manter viva a memória e recriar novos sentidos e significações para a cultura, as identidades e o território.

## **2.1 ALDEIA PASSO LISO**

A Aldeia Passo Liso, antigamente, era apenas uma grande floresta com algumas famílias de não indígenas que moravam em alguns pontos da aldeia, isso até os meados de 1980. A partir de então, os indígenas Kaingang e Guarani se reuniram com outros indígenas oriundos de Nonoai/RS e Chapecó/SC. Conforme Castro (2011, p. 62) “[...] Ângelo Cretã convocou os índios de Chapecó – SC e Nonoai – RS, para ocuparem a área tomada pela empresa Slaviero, a chamada ‘Terra do Meio’, fato ocorrido em meados da década de 1980”.

Com a retomada das terras, foram chegando mais famílias. Cabe destacar, no entanto, que mesmo sendo indígenas Kaingang, ainda houve desentendimentos entre as famílias, pois os indígenas de Nonoai/RS, eram todos falantes do idioma Kaingang, já os naturais de Mangueirinha, não falavam o idioma, gerando um desentendimento. Os de Nonoai que já tinham participado da retomada se achavam “donos” do território, gerando, assim, um conflito entre os/as indígenas. Mas mesmo assim, vieram várias

famílias da Sede da TI Mangueirinha. As mesmas foram procurando fontes de água e construindo as suas casas, preparando terras para o plantio e, com o passar do tempo, foram diminuindo as desavenças. Assim, aos poucos, surge a vida em comunidade, tendo como marco a construção da escola. Aproximaram-se mais famílias, oriundas da Aldeia Sede e do Paiol Queimado.

Cada família foi se constituindo e realizando plantios principalmente para a sobrevivência. Os destaques da produção eram para: feijão, milho, mandioca, batata doce e outras coisas de horta.

Com a mecanização da agricultura e a imposição das monoculturas da soja, do trigo e do milho, porém, os indígenas passam a sofrer as consequências diretas e os plantios que antes eram somente para a sobrevivência da família, agora passam a atingir outro patamar.

Modificam-se, desse modo, costumes, culturas e tradições e ainda a relação dos indígenas com o meio ambiente. Atualmente, os povos nativos estão inseridos nesse mundo capitalista, de forma variada, possuem contato e relações com o mercado de trabalho, necessitando de dinheiro para sobreviver e incorporando valores culturais impostos pelo sistema.

Assim, tem sido comum que grupos indígenas, estejam inseridos nas cidades, trabalhando em busca de suprir as suas necessidades sociais e econômicas, de modo que suas técnicas tradicionais de manejo agrícola vão sendo modificadas a partir da convivência com indivíduos não indígenas.

Contudo, os que ficam trabalhando na aldeia é quem já estão em condições de fazer seus plantios em grande escala, já possuem uma estrutura “adequada” ao novo tipo de cultivo que hoje é a soja, não mais o feijão e o milho. Quem não tem condições de fazer esse tipo de plantio, migra para as cidades em busca de trabalho.

As sociedades indígenas e não-indígenas sofrem, nesse contexto, com os avanços do capitalismo e da globalização. Desde a existência do ser humano, a natureza era utilizada como fonte de recursos necessários à sobrevivência. No entanto, os novos sistemas de produção, que geram acumulação de capital acabam colocando a natureza como eixo central da dinâmica atual de produção, esgotando-a. Leff (2004, p. 416) problematiza esse paradigma como crise ambiental, fragmentando o conhecimento e as relações humanas.

A problemática ambiental é um questionamento da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser e as coisas; da

ciência e da razão tecnológica com as quais foi dominada a natureza e economizado o mundo moderno [...] a crise ambiental é principalmente um problema do conhecimento.

O que nos cabe, a partir dessas reflexões é resistir. Resistir significa lutar por caminhos que possibilitem retomar tradições, culturas e identidades. A Universidade, de modo peculiar pode contribuir com uma ruptura epistemológica dos ditos da globalização, aliando o saber científico ao saber popular em uma perspectiva de diálogo de saberes.

### **3 OS CONCEITOS DE AUTONOMIA, MULHER INDÍGENA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E CULTURA**

Nesse capítulo, aprofundaremos alguns conceitos centrais de análise para esse trabalho, dialogando com interlocutores e interlocutoras.

#### **3.1 AUTONOMIA**

Uma das questões fundamentais a ser problematizada nessa pesquisa é o conceito de autonomia. Por autonomia, entendemos o caminho percorrido para chegar até a humanização, a partir das vivências coletivas. De igual forma, implica em participação e atuação na perspectiva de sujeito que é ativo da vida em comunidade. É se contrapor às determinações impostas pela sociedade capitalista. É um processo, um vir a ser. De acordo com Freire (2002, p. 41):

[...] autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade.

O processo de ser sujeito ou então sujeita significa, de acordo com Freire (2002) “ser mais”, ao contrário de “ser menos” ou então objeto. Ser mais, na perspectiva de sujeito, significa ser protagonista da história, ao caminhar no horizonte de um sonho possível e, por isso, é sempre processo, não algo dado ou imutável. É ampliar visões de mundo!

Esse sonho possível, entretanto, pode ser almejado quando nos damos conta do lugar em que vivemos e ocupamos no mundo e agimos diante das injustiças sociais e por condições mais igualitárias para homens e mulheres.

Autonomia é manter viva uma curiosidade, que começa ingênua e se desenvolve para a forma epistêmica, é manter aceso o princípio da dúvida sobre os fatos, sobre a realidade vivida. É propor para si e para os outros um processo de libertação social e coletivo, contrário à autolibertação (ANDRIOLI, 2022, p. 86).

A autonomia tem um caminho similar ao empoderamento, à emancipação, ou no sentido de “ser humana” apontado por Marcela Lagarde (2005). Refere-se à perspectiva de ser mulher sujeito, em contraponto à visão de cativos, onde as

mulheres estão presas, privadas da liberdade e assimiladas a meros objetos. Por isso, falar em autonomia, também remete à libertação. “Autonomia é sinônimo de liberdade, devemos partir do fato que ela é histórica, com isso deve ser analisada por meio das condições sociais, culturais e simbólicas de cada sujeito” (ANDRIOLI, 2022, p. 79). Por isso, reconhecer-se como mulher indígena, por exemplo, é caminhar na perspectiva de ser sujeita, ser protagonista da história, de ter decisões sobre si, sobre o seu corpo e libertar-se de estereótipos impostos pela sociedade patriarcal.

Há a necessidade de nos libertarmos e sermos livres para decidir sobre nossa própria vida e nossa história. De acordo com Lagarde (2005, p. 88, tradução nossa), significa ser autora de sua própria vida.

Ser autora da própria vida significa ter e, se não temos, devemos adquirir recursos para compreender a vida desde um outro lugar que não seja a cultura dominante; desde um outro lugar que está distante das ideologias que legitimam a opressão, de modo que se possa reinterpretar a nossa própria vida. Esse outro lugar é a cultura feminista.

Estar neste outro lugar, também implica desconstruir. Desconstrução no sentido de modificação de realidades opressoras. Por isso, concordamos com Lagarde (2005, p. 109, tradução nossa), ao afirmar que:

O método feminista para construir o poder e a autonomia das mulheres implica todos os dias desaprender o que já sabemos ser e como deve ser, o que as coisas querem dizer. Perpassa por desaprender a nossa visão tradicional do mundo e das habilidades incorporadas em nós para viver tradicionalmente.

O processo de construção da autonomia, no entanto, é social e coletivo. Perpassa pelo individual, porém, é no grupo, nos movimentos sociais que problematizam a realidade, que a autonomia se fortalece. Um desses coletivos, pode ser por exemplo constituído por mulheres indígenas!

### **3.2 MULHERES INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

As mulheres Indígenas são historicamente reconhecidas como as protetoras e guardiãs de nossos valores culturais e como responsáveis por garantir a permanência de seus povos. Estas, possuem muitos conhecimentos que foram passados de geração para geração.

Desde a infância, as meninas indígenas ocupam diferentes espaços nas aldeias e em seus grupos familiares. Estão mais frequentemente acompanhando as atividades da mãe e assumem, com pouca idade, tarefas relacionadas aos cuidados com irmãos pequenos, trabalham com artesanato e preparação de alimentos. De acordo com Lima (2018, p. 6), compreender o significado de ser mulher indígena ainda é um desafio para o reconhecimento das mesmas na legislação e nas políticas públicas.

As mulheres indígenas sofrem as mesmas violências que as mulheres não indígenas. No entanto, as mulheres indígenas enfrentam ainda mais dificuldades. Primeiro elas sofrem por ver seu povo em situação de vulnerabilidade, marginalizado, discriminado. Posteriormente, sofrem por ser mulher e essa violência não é só física, ela é psicológica e também social. Não se reconhecem nas leis e políticas voltadas às mulheres porque estas são definidas a partir da concepção de uma mulher universal.

A divisão de tarefas, que associa o homem ao mundo público e a mulher à vida privada, também ainda prevalece na cultura Kaingang. “Por se tratar de uma sociedade cujo ethos é guerreiro e, portanto, masculino, as mulheres têm acesso restrito às esferas formais de poder político” (RAMOS, 2008, p. 164).

Essa realidade, entretanto, vai aos poucos se modificando e pode-se dizer que as mulheres indígenas têm ocupado cada vez mais espaços significativos dentro de seus territórios, que vão além dos papéis do mundo privado (da casa, do cuidado com os filhos e do marido). Atualmente, percebe-se nas aldeias, que há mulheres que ocupam cargos de lideranças e de pajés<sup>4</sup>, por exemplo. Aos poucos, rompem com o papel de submissão aos homens, atribuído historicamente pela sociedade patriarcal e buscam fazer parte do mundo público e passam a ocupar espaços de decisão na própria aldeia. Isso também está evidenciado em alguns registros históricos onde indicam a participação feminina em contextos políticos de guerra. Conforme Almeida, Fernandes e Sacchi (2010, s./p.):

Segundo a bibliografia histórica podemos dividir a participação feminina nas ‘guerras Kaingang’ em dois aspectos: 1) como guerreiras (elas lutavam, carregavam as flechas, continham os homens, insultavam e seduziam os inimigos); 2) como motivos de disputas (objeto de raptos, adultério, responsáveis por intrigas entre grupos e mediadoras dos conflitos entre os Kaingang arredios e a sociedade nacional). É verdade que a participação política da mulher Kaingang é um tema que merece um estudo aprofundado. Entretanto, todos

---

<sup>4</sup> Geralmente é uma pessoa de destaque que atua como curandeira.

aqueles que conhecem os Kaingang sabem que as mulheres estão na base de muitas de suas decisões políticas.

Isso é reflexo da compreensão de que o papel da mulher indígena no território e na luta é essencial para obtermos conquistas de nossos direitos e dos nossos povos. Mesmo elas vivenciando realidades excludentes e desiguais, muitas vezes por meio da linguagem oral, do trabalho e demais atividades cotidianas, resistem e contribuem para modificar as realidades.

As mulheres indígenas também estão cada vez mais presentes, como estudantes e pesquisadoras, nos espaços acadêmicos, que antes não eram ocupados por elas.

É fundamental refletir, contudo, de que forma a universidade pode vir a auxiliar no processo de construção de autonomia das mulheres, por isso, a universidade tem um papel fundamental na vida das mulheres, pois é um meio de ter acesso a uma educação de qualidade e ocuparem os espaços na sociedade, terem mais autonomia. Por isso, a universidade tem um papel tão importante na vida delas.

Outra questão fundamental para esse estudo é: o grau de escolaridade pode vir a influenciar a valorização das mulheres pelas lideranças e cacique da aldeia? Acredita-se que as mulheres que vêm possuindo um ensino superior têm seus lugares ocupados em espaços que antes elas não frequentavam.

Para aprofundar essa problemática, entretanto, é necessário fazer uma análise histórica a fim de entender como ocorreu o acesso das mulheres no ensino superior. É perceptível que as mulheres enfrentaram diversas dificuldades para obterem o direito ao ensino, pois durante muito tempo a educação da maioria delas foi destinada apenas para a vida doméstica.

No quesito específico das mulheres indígenas também é crucial compreender a trajetória destas mulheres desde a escola e a educação nas aldeias. As mulheres indígenas tem um vínculo muito forte com suas comunidades e é lá onde elas têm o apoio de suas famílias se sentem protegidas e acolhidas. Quando estas saem de casa, muitas vezes sofrem pelo fato de serem indígenas, porém, mesmo assim lutam para que possam alcançar seus objetivos e retornar para as suas aldeias. Muitas destas mulheres saem de suas casas para poder estudar e ter um conhecimento mais amplo e buscam um futuro melhor para ajudar nas suas aldeias.



Muitas mulheres indígenas, entretanto, não se aventuram fora de suas comunidades por medo de encarar o sistema dos não indígenas, já que não se sentem empoderadas sobre a luta por direitos e por igualdade, assim elas preferem o conforto da comunidade onde elas se sentem protegidas pelos valores de sua cultura. “Com isso ressaltamos que as mulheres indígenas no mundo apresentam diferentes situações sociais, causadas principalmente por seus usos e costumes, assim como pela influência da sociedade externa” (PINTO, 2010, p.1).

Vale ressaltar que a aprendizagem não se restringe somente ao espaço da escola, mas também às atividades diárias e à convivência com os mais velhos, ou seja, a educação acontece muito antes da ida a escola, mesmo assim há uma necessidade da ida a escola. “Com isso ressaltamos que a sociedade indígena tem seu modo próprio de educar suas crianças, de prepará-las para o futuro dentro de seus valores e costumes.” (SCHWINGEL; LAROQUE; PILGER, 2014, p. 87).

No espaço escolar, as crianças e os jovens aprendem os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência na sociedade não indígena e aqueles que lhes serão exigidos durante a vida adulta. Nesse sentido, podemos analisar que a educação propiciada na comunidade vem de uma raiz enquanto povo, já a educação escolar traz uma visão mais ampla para as necessidades diárias.

Nas culturas indígenas de modo geral, os velhos e velhas tem um grande reconhecimento da comunidade, pois são pessoas com um grande acúmulo de experiências e saberes que ajudam na conservação das memórias, dos costumes, conhecimentos medicinais e da própria língua (SAGÁS; NÖTZOLD VULPE, 2016, s./p.).

Ao relacionar educação formal e a cultura, é fundamental modificar a visão equivocada que se tem dos indígenas. Isso significa ir além daquela noção de “índio” que figurava historicamente em alguns livros escolares: entre outras concepções, a sociedade nos apresentou esses sujeitos como seres exóticos, que vivem na floresta, que vivem da caça e da pesca e que ora poderiam ser violentos.

Considerando que saber e poder constituem uma íntima relação e que é principalmente nas universidades que esse saber é acessado e legitimado; considerando que nossa construção social é marcada por uma profunda divisão de classes e de acesso aos meios de produção, torna-se facilmente compreensível por que a universidade era e ainda se pretende um lugar homogêneo (BRITO, 2016, p. 38).

A presença dos povos indígenas na universidade resulta de um processo de luta para que hoje estejam ocupando estes espaços. Nos últimos anos, a presença indígena no ensino superior ganhou mais expressividade no contexto brasileiro. Contudo, é a partir do final do século XIX que se intensificam algumas políticas públicas na educação indígena (GAGLIARDI, 1989; MONTEIRO, 1994; MOTA, 1998), já que até a década de 1980, majoritariamente a educação escolar indígena era administrada pela Funai – Fundação Nacional do Índio, realidade que se modifica principalmente a partir da década de 1990. Com o advento de algumas ações afirmativas, são várias as universidades que têm acolhido um número significativo de estudantes indígenas, representando diversos povos indígenas do Brasil, como podemos observar a seguir:

**Figura 3:** Indígenas matriculados em universidades brasileiras



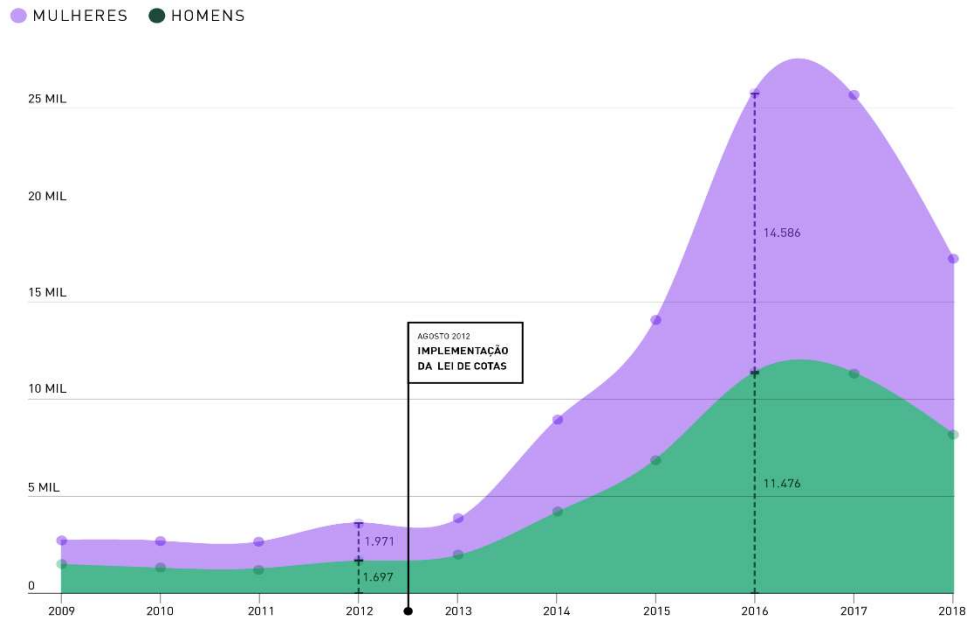
Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2018).

De igual forma, na imagem a seguir, também podemos visualizar a partir de dados quantitativos, o aumento de ingresso de mulheres indígenas no ensino superior no Brasil:

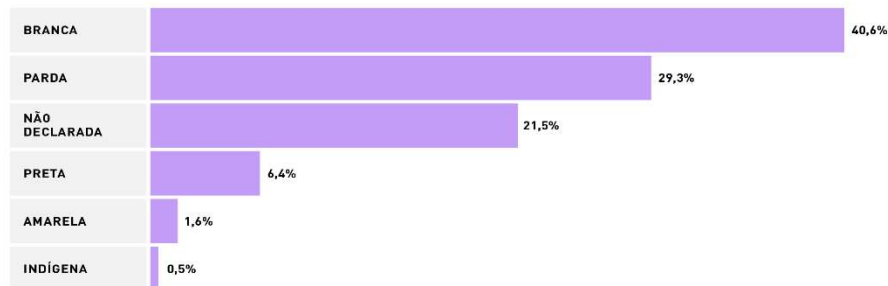
**Figura 4:** Dados de ingresso de mulheres e homens indígenas no ensino superior

### INGRESSO DE MULHERES E HOMENS INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR

Mulheres se tornaram maioria a partir de 2014; indígenas ainda representam apenas 0,5% do total de ingressantes nas universidades



#### ENTRE AS MULHERES, DISTRIBUIÇÃO POR RAÇA/COR NAS UNIVERSIDADES (2018)



FONTE INEP



Fonte: (SILVA, BRUNO, MARTINS, 2019).

É perceptível, nesse viés, que aos poucos, e com muita pressão dos movimentos sociais e indígenas, passa-se a ter cursos que dialogam diretamente com a realidade e os anseios indígenas. Um exemplo disso, é o curso interdisciplinar em educação do campo: ciências sociais e humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, no Campus Laranjeiras do Sul/PR em que esta pesquisadora desenvolve a pesquisa.

### 3.3 CULTURA

A cultura e suas práticas são fundamentais para os indivíduos e para a vida em sociedade. Expressa comportamentos, crenças e valores. No caso dos indígenas, são eles que dão sentidos aos acontecimentos, às coisas, às práticas do cotidiano, nossos modos de agir e de pensar.

A cultura desse modo, permeia toda a sociedade. Ela é o que diferencia o elemento humano na vida social daquilo que é biologicamente direcionado. Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade (HALL, 2006, p. 21).

A cultura também pode ser compreendida como uma rede de compartilhamentos de símbolos e significados, permeados pela linguagem, pelos costumes e tradições. Para Lagarde (2011, p. 57, tradução nossa), cultura também é uma dimensão da vida.

Por cultura entendo essa dimensão da vida, produto da relação dialética entre os modos de vida e as concepções do mundo, historicamente constituídos. A cultura é a distinção humana resultante das diversas formas de relação dialética entre as características biológicas e as características sociais dos seres humanos.

É a relação do ser humano consigo mesmo e com os outros. “Desde que o homem nasce pertence a uma cultura determinada, cujos valores, crenças, costumes e todo tipo de manifestação vão se introjetando, tornando-se inconscientes no processo de socialização” (SÁNCHEZ, 2008, p. 112, tradução nossa).

Se analisarmos a cultura indígena Kaingang, por exemplo, vemos que está em constante transformação. Há se considerar, entretanto, que

[...] O processo de colonização se deu de maneira incisiva e feroz, incidindo em muitos aspectos de nossa vida. Assim como muitos outros indígenas, também passamos por um regime violento na tentativa do governo de nos retirar dos nossos territórios, nos expulsando para outros locais, mas principalmente nos confinando em aldeamentos. (SCHILD, 2016, p. 32).

O fundamental, contudo, ao fazer uma breve análise acerca do conceito de cultura, é reconhecer que por meio deste conceito, mantemos muitas tradições milenares e que por muitas vezes são as mulheres indígenas as protagonistas em

manter viva as identidades culturais, seja por meio do artesanato, do ensinamento da língua, da preparação de comidas típicas, do saber popular dos chás, entre outros.

#### **4 A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AUTONOMIA DAS MULHERES DA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA**

Nesse capítulo, aprofundaremos a parte empírica da pesquisa com o objetivo de compreender a influência da educação superior na autonomia das mulheres da Terra Indígena de Mangueirinha, Aldeia Passo Liso, município de Chopinzinho/PR.

Sendo assim, após vivenciar a vida no ambiente universitário e retornar à aldeia, percebe-se diferentes narrativas e ações que nos auxiliam a compreender a problemática em questão.

Nesse sentido, foi necessário fazermos um estudo mais aprofundado, não somente na teoria, mas a partir da prática ressignificar saberes e compreensões. Sendo assim, realizamos 4 (quatro) entrevistas com mulheres que já estão formadas no ensino superior e atuam em suas áreas de formação (cirurgiã dentista e as demais atuam como professoras em escolas).

A autonomia, temática central para este estudo, evidencia-se em vários espaços da aldeia e também está presente nos relatos das vivências das entrevistadas. De acordo com a Entrevistada 4 (2021), ao ser questionada sobre o que se entende por autonomia: *“Entende-se que a autonomia e a liberdade estão ligadas dentro do espaço onde você vive, seja sendo mulher indígena na sua aldeia, tendo voz para dar sua opinião na comunidade e ocupando espaços de sua formação superior”*.

Percebe-se com o relato da entrevistada, que a autonomia muitas vezes pressupõe a libertação. Libertação no sentido que Lagarde (2011) já enunciava, ou seja, ser protagonista das ações e ter voz ativa na comunidade/aldeia. Um outro aspecto fundamental, a partir do relato é o fato de atuar em espaços em que a formação universitária habilita, no caso dela, em escola indígena. É por meio da atuação profissional que também nos constituímos enquanto sujeitas da história, criando possibilidades de modificar visões de mundo e contribuindo para a formação humana.

Nessa mesma direção, a Entrevistada 5 (2021) destaca que *“a universidade foi tudo para mim, mudando a forma de pensar, abrindo novos caminhos, uma porta para o conhecimento”*. Esta “porta do conhecimento” a que se refere, pode significar a ampliação de horizontes e modificação de realidades, corroborando com a perspectiva de sonho possível. A construção da autonomia é desse modo um processo, um

caminhar. Freire (1997, p. 51) nessa direção salienta que: "O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir [...] O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz".

Para a maioria das entrevistadas, a universidade é tida como o lugar em que se aprofunda o conhecimento. Mas que conhecimento se almeja? Frantz (2013) auxilia nesta reflexão ao asseverar que geralmente somos movidos pela busca da certeza das respostas e que a universidade parece ser esse laboratório da construção da certeza das respostas e do conhecimento. Contudo, esse seria um grande risco, conforme argumenta o autor:

Um constante risco que se corre na universidade é o de promover a transmissão da certeza no lugar da busca da certeza. O risco está em instrumentalizar a universidade em favor de uma só dimensão da sociedade em desfavor de um todo. Impõe-se o desafio de inserir a universidade na sociedade sem instrumentalizá-la a favor de campos ou grupos de interesse. A universidade não pode ser neutra, mas precisa agir/fazer-se como lugar de conhecimento em favor da vida, a questão suprema de nossa existência. Assim, o núcleo da sua cientificidade deve ser a constante busca, o diálogo entre os que buscam, isto é, os que se dedicam à pesquisa (p. 17).

Falar em universidade e educação superior também nos remete à reflexão de qual é o papel e o lugar das mulheres na sociedade? Talvez um dos maiores desafios é compreender o sentido da universidade para a vida. Nesse contexto, se as mulheres indígenas aqui estudadas, que se formaram no ensino superior, aliam a perspectiva de colocar em prática na aldeia as diferentes dimensões do conhecimento, a partir do diálogo, da argumentação e do debate, então, elas estão caminhando na direção da autonomia. Conforme Zitkoski (2008, p. 130, grifos do autor), "o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Por meio do diálogo podemos *dizer o mundo* segundo nosso modo de ver".

O dizer o mundo, pelo olhar das mulheres indígenas é também falar de seus anseios e lutas. Por isso, de acordo com a Entrevistada 6 (2021) "*Ser mulher indígena vai além de ser mulher e ser resistência. É uma conquista no meio de muitos avanços*".

Cabe salientar também que refletir acerca da formação da mulher indígena na educação superior e sua atuação na aldeia, no território, na perspectiva da autonomia, é trazer para a análise a denúncia dos medos, dos preconceitos sofridos e também o processo de resistência e de luta diante das imposições da sociedade capitalista.

Assim como se criou um estereótipo indígena, que para ser indígena é preciso ser pardo, ter cabelo preto e liso, olhos puxados, também se criou no imaginário social a ideia de que há um lugar específico para as pessoas indígenas que seria a aldeia. Sem dúvida, a aldeia congrega e fortalece, porém, os indígenas têm os mesmos direitos dos não indígenas e podem estar e ocupar todos os espaços. Quando se trata da inserção em locais majoritariamente ocupados por não indígenas, passam a sofrer os impactos da lógica hegemônica. Nesse viés, chama a atenção o relato da Entrevistada 7 (2021):

*[...] universidade, na minha cabeça, era coisa de rico, sabe, jamais nós estaríamos em uma universidade, meu pensamento foi sempre assim. Essa minha irmã fez a frente e eu voltei a estudar, consegui me formar em 2018, vi que muitas coisas mudaram na minha vida e da minha família. Consegui dar uma vida melhor pra eles!*

A perspectiva de uma vida melhor anima e aproxima o debate da ciência para a vida. Uma vida melhor, na perspectiva de um sonho possível, carrega a resistência e a luta por um mundo mais igualitário na perspectiva de direitos para os povos indígenas.

Para além do ingresso nas universidades, outro desafio que surgiu mediante a realização das entrevistas foi referente a permanência de estudantes indígenas na universidade. Essa ainda não é uma política de Estado, mas somente uma política de governos ou iniciativas das próprias universidades. Por isso, muitos e muitas estudantes indígenas acabam desistindo de seus cursos superiores. Conforme a Entrevistada 4 (2021):

*A permanência na universidade foi muito difícil, pois precisava se deslocar até a cidade de Erechim, no estado do Rio grande do Sul. Como eu morava no Paraná era muito mais difícil, pois se não fosse com a ajuda da bolsa de estudos, eu não teria conseguido terminar meu curso. Muitas vezes eu ficava meses e meses fora de casa, tinha que deixar meus dois filhos com minha mãe.*

Diante disso, percebe-se que o processo de inserção da mulher indígena na universidade é, sobretudo, um fenômeno muito importante para ser refletido, pois é fruto da luta por direitos, mas também pelo reconhecimento de ocupação do espaço acadêmico para os povos indígenas.

Isso significa não romantizar o fato de a mulher indígena estar no ambiente da universidade, mas manifestar as diferentes formas de luta que ela ainda precisa travar



para ser reconhecida, resistindo aos padrões estabelecidos e reafirmando o conhecimento popular, os costumes e tradições.

Ao fazer essa pesquisa empírica, foi possível constatar que na condição de egressas de um curso superior, as mulheres indígenas ocupam espaços de liderança na aldeia, mas também são mais respeitadas, ocupando espaços também no mundo público do trabalho, a exemplo das professoras e da cirurgiã dentista entrevistada.

A mulher indígena que passou por uma universidade representa uma vitória que conforta, que dá força para lutar, e uma luta que leva a algum lugar, lugar este almejado pelas mulheres indígenas, para buscarem seus sonhos e trilharem novos caminhos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a temática da autonomia das mulheres indígenas a partir da sua formação profissional na universidade e a sua inserção e atuação na aldeia é problematizar uma realidade social e seus desdobramentos na ocupação de papéis e espaços historicamente negados ou então relegados. Trata-se, contudo, de um importante passo na batalha pela igualdade entre homens e mulheres indígenas, em meio a uma cultura machista.

Quando se reflete em um caminho para a autonomia, no sentido de libertação, pode-se dizer que com uma faculdade concluída as mulheres têm mais oportunidades em suas vidas, assim conseguindo um bom trabalho, dando uma vida mais digna para os seus familiares e filhos e, com isso, conseguem sua independência e se libertarem de lugares que não as faziam bem.

Quando falamos em universidade e as mudanças que tiveram com a formação na educação superior e também dentro da aldeia, essas mulheres passam a ter mais visibilidade politicamente, por terem mais estudo e buscarem uma autonomia, tendo poder de escolha, não depender de seus parceiros tendo, protagonismo e voz.

A pesquisa confirma a hipótese anunciada de que há influência significativa em espaços políticos e de construção da autonomia, na perspectiva de as mulheres serem protagonistas das ações e de ter vez e voz na comunidade indígena.

Outrossim, reforçamos que trabalhos como estes, além de apresentar a presença feminina indígena no ensino superior, abrem espaço também para a reflexão sobre as ações afirmativas. As estudantes indígenas, ao acessarem o espaço acadêmico levam consigo suas motivações, e experiências que dialogam principalmente com a realidade vivida por elas em suas aldeias.

Entrevistar as mulheres também não foi uma tarefa fácil, já que falavam de suas histórias de vida, carregadas de muitas lutas e percalços no caminho. O desafio foi ouvi-las atentamente e abrir o horizonte para as leituras de mundo que ali se apresentavam.

As narrativas revelaram, desse modo, a relevância das ações afirmativas, pois, com efeito, possibilitam a condição de universitárias às mulheres indígenas, o que lhes permite ganharem voz e tornarem-se cada vez mais visíveis enquanto mulheres indígenas.

A questão familiar, em especial, os filhos, é trazida nas narrativas como um impeditivo no trilhar desse caminho universitário, do qual muitas mulheres indígenas desistem por falta de um suporte que lhe ajudem na criação de seus filhos. Talvez esta ainda seja a maior dificuldade enfrentada.

Algumas das entrevistadas, aquelas que são mães, apontam que as ações afirmativas voltadas à permanência das estudantes indígenas na Universidade não dimensionam o que significa para elas deixarem seus filhos na aldeia, de modo que não podemos dizer que essas políticas públicas garantam a permanência das mulheres indígenas no ensino superior.

Esta pesquisa abre perspectivas de reflexão e propõe um caminhar no horizonte de um sonho possível, de construção da autonomia e de a mulher indígena ser sujeita das ações e mudanças societárias. Os desafios perduram, mas alguns passos estão sendo dados e a educação, de modo especial a educação do campo tem um papel fundamental na criticização de debates a partir de diferentes lugares e olhares, a exemplo deste Trabalho de Conclusão de Curso. Ainda há esperança!

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antônio C. **Da aldeia para o estado**: os caminhos do empoderamento e o papel das lideranças Kaingang na conjuntura do movimento Indígena. Tese de Doutorado em Ciências Sociais: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ALMEIDA, Ledson Kurts. FERNANDES, Ricardo Cid. SACCHI, Ângela Célia. **Casa e Ritual**: um estudo sobre os papéis de gênero na construção da sociabilidade kaingang. 2010. Disponível em:  
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwig1L-MmZT3AhVlppUCHaxcBK8QFnoECAUQAQ&url=https%3A%2F%2Facervo.socioambiental.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fdocuments%2FKGD00110.pdf&usg=AOvVaw3hJR3Tc1zco2zoTTYx8BbF>. Acesso em: 06.04.21.
- ANDRIOLI, Ângela Liria. **Religiosidade e Mística no Movimento de Mulheres Agricultoras**: um processo de constituição de identidades por meio da Educação Popular. Curitiba: Appris, 2022.
- ALVES, Caliandra Kevin. **Ângelo Cretã e a luta por direitos indígenas no Sul do Brasil**: um estudo a partir de sua biografia. TCC. Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, 2019.
- BRITO, Patrícia Oliveira. **Indígena-mulher-mãe-Universitária**: o *estar-sendo* estudante na UFRGS. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CASTRO, Paulo A. S. **Ângelo Cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- FRANTZ, Walter. Reflexões sobre universidade. In: ANDRADE, Elisabete. ANDRIOLI, Liria Ângela. FRANTZ, Walter. **Educação no contexto da globalização**: reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997 e 2002.
- FREITAS, Cesar Ernani de. PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2ª edição. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013.
- GAGLIARDI, J. M. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Horas y Horas, 2011.

LAGARDE, Marcela. **Para mi socias de la vida**. Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres. Claves feministas para liderazgos entrañables. Claves feministas para la negociación en el amor. Madrid: Horas y Horas, 2005.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LIMA, Jônia Rodrigues de. **Ser mulher indígena é** -:narrativas de mulheres indígenas brasileiras. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Estudantes indígenas ganham as universidades**. 2018. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/estudantes-indigenas-ganham-as-universidades>. Acesso em: 06.04.21.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra**: índios e brancos no Paraná Provincial 1853/1889. 1998. 531 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História. UNESP, Assis, 1998.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Ed. Bagaço, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.chopinzinho.pr.gov.br/portal/historico>. Acesso em: 06.04.2021.

PINTO, ALEJANDRA Aguilar: **Reinventando o Feminismo**: As Mulheres Indígenas e suas demandas de gênero. 2010

RAMOS, Luciana. **VÉNH JYKRÉ e KE HA HAN KE**: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos kaingang no Tibagi. 2008, 255 f. Tese de doutoramento. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2008.

SAGÁS, Yasmin dos. NÖTZOLD, Ana Lúcia Volfe. **Mulheres Kaingang enquanto agentes sócio políticas**. Anais...XVI Encontro Estadual de História de SC. 2016. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwil8Zuympt3AhWPjZUCHZ-DDMAQFnoECAgQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.encontro2016.sc.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2F43%2F1463792441\\_ARQUIVO\\_MulheresKaingangquantoagentessociopoliticas.pdf&usq=AOvVaw3SwwwTdb744bAXWgjhDp6N](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwil8Zuympt3AhWPjZUCHZ-DDMAQFnoECAgQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.encontro2016.sc.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2F43%2F1463792441_ARQUIVO_MulheresKaingangquantoagentessociopoliticas.pdf&usq=AOvVaw3SwwwTdb744bAXWgjhDp6N). Acesso em: 06.04.21.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHILD, Joziléia Daniza Jacso Inacio Jacodsen. **Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2016.

SCHWINGEL, Kassiane; LAROQUE, Luis Fernando da Silva; PILGER, Maria Ione. (Orgs.). **Jamã Tý Tãnh. Ig venh vej Kaingag**. Morada do Coqueiro. Jeito de viver Kaingang. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SÁNCHEZ GARRAFA, Rodolfo. Identidad cultural y demandas de interculturalidad: ensayo bibliográfico. In: **Revista Contexto e Educação**. Ijuí: Ed. Unijuí, n. 79, jan.jun. 2008.

SILVA, Vitória R.; BRUNO, Maria M.; MARTINS, Flavia B. Ingresso de mulheres indígenas nas universidades cresce 620% desde 2009. **Gênero e Número**. Publicado em 19 de dezembro de 2019. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/ingresso-de-mulheres-indigenas-nas-universidades-cresce-620-desde-2009>. Acesso em: 06.04.21.

ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/Dialogicidade (Verbete). In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

WIKIMAPIA. Disponível em: <http://wikimapia.org/23385164/pt/Terra-Ind%C3%ADgena-Mangueirinha>. 2011. Acesso em: 06.04.21.

**APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

1. Como é seu nome? Tem filhos?
2. O que significa ser mulher e indígena?
3. Em que ano você concluiu o ensino superior?
4. Que curso você fez?
5. No momento, você atua na sua área de formação?
6. Qual a importância da universidade na sua vida?
7. Você se sente oprimida dentro da aldeia?
8. Quais são os espaços que as mulheres ocupam dentro da aldeia?
9. Há espaços em que elas não ocupam? Porque?
10. O que você entende por autonomia?
11. Você acha que as mulheres ao fazerem uma graduação, tem mais autonomia na aldeia? Porque?